

D E C L A R A Ç Ã O

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1. **Dinis José Dionísio Neves Serrão**, portador do Cartão de Cidadão n.º 9321750, residente na Rua de Olivença, 2A – 3º Dir. 2100-151 Coruche, na qualidade de representante legal da firma “**Dinis Serrão – Arquitectura e Urbanismo, Lda.**”, pessoa colectiva n.º 505.969.050, com sede na Rua de Olivença, Bloco A – 1º Esq. 2100-151 Coruche, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia, para a **Prestação de Serviços de “FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA MARQUÊS DE POMBAL”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

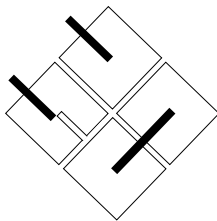
- **Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I do CCP – Presente Declaração;**
- **Documento contendo os atributos da proposta, termos e condições, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;**
- **Certidão de Registo Comercial.**

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.



7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Coruche, 30 de maio de 2019.

(DINIS JOSÉ SERRÃO, SÓCIO-GERENTE)